

O revisionismo ideológico nas escolas: apontamentos a partir de uma pesquisa exploratória com professores de história da educação básica

Ideological Revisionism in Schools: Notes from an Exploratory Study with Elementary and High School History Teachers

Pedro Zarotti*

RESUMO

Este artigo tem por objetivo compreender alguns aspectos relacionados às manifestações de revisionismo ideológico que ocorreram no espaço escolar com professoras e professores mestres em ensino de História. Como aporte teórico, utilizou-se a tipologia negacionismo, revisionismo historiográfico e ideológico (NAPOLITANO, JUNQUEIRA, 2019) e o conceito de apropriação conservadora sobre o passado (MENESES, 2019). Desenvolveu-se uma pesquisa de natureza exploratória haja vista a necessidade de tornar mais explícita a situação problemática gerada pela chegada do revisionismo ideológico às salas de aula. Então, operacionalizou-se o levantamento como procedimento técnico, utilizando-se do questionário como instrumento para a coleta dos dados. Estes foram analisados através da Análise Exploratória de Dados. Os resultados permitem a proposição de algumas hipóteses a serem investigadas em pesquisas futuras. Palavras-chave: Revisionismo ideológico; Professores de História; Pesquisa exploratória.

ABSTRACT

This article aims to understand some aspects related to the manifestations of ideological revisionism that occurred in the school space with teachers who have masters in History teaching. As a theoretical contribution, the typology of denialism, historiographic and ideological revisionism (NAPOLITANO, JUNQUEIRA, 2019) and the concept of conservative appropriation of the past (MENESES, 2019) were used. Exploratory research was developed in view of the need to make the problematic situation generated by the arrival of ideological revisionism in classrooms more explicit. Then, the survey was operationalized as a technical procedure, using the questionnaire as an instrument for data collection. These were analyzed using Exploratory Data Analysis. The results allow the proposition of some hypotheses to be investigated in future research.

Keywords: Ideological Revisionism; History Teachers; Exploratory Research.

* Escola Estadual Coronel Paiva (EECP), Ouro Fino, Minas Gerais, Brasil. sievelicious@gmail.com <<http://orcid.org/0000-0003-2322-7630>>

Em fevereiro de 2009, a frase “Mas se as chamadas “ditabrandas” – caso do Brasil entre 1964 e 1985” aparecia no editorial da Folha de São Paulo.¹ À época, a citação foi mote de contendas. Passada a polêmica, o episódio soou como um acorde tocado em dissonância – e logo abafado – em relação ao campo (nem tão) harmônico da historiografia acadêmica. Todavia, no compasso histórico dos últimos tempos, outros acordes, arranjos e solos dissonantes surgiram e/ou tornaram-se mais agudos. A título de exemplo, pode-se citar a inversão do espectro político do nazismo feita pelo autointitulado filósofo Olavo de Carvalho (2017); a abordagem que coloca a escravidão em uma escala menos grave feita pelo jornalista Leandro Narloch (2009); o novo arranjo para o Regime Militar Brasileiro (1964-1985) criado pela empresa produtora de conteúdo digital Brasil Paralelo (BP) (2019); e as constantes acusações feitas pelo Movimento Escola Sem Partido (ESP) de doutrinação partidário-ideológica por parte dos professores em atuação.

Esses acordes, arranjos e solos são formados por determinadas melodias que, a exemplo do que fizera o lendário flautista de Hamelin, tem surpreendentemente (ou não) seduzido (ou encorajado) pouco a pouco determinadas parcelas da sociedade brasileira. Nesse sentido, torna-se cada vez mais prosaico ouvir declarações como: “Isso tem a ver com o que eu digo que fascismo e nazismo são fenômenos de esquerda.” (EXAME, 2019) ou “O português nem pisava na África. Foram os próprios negros que entregavam os escravos” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2018); e ainda ‘Vamos colocar a coisa da seguinte forma: em primeiro lugar eu discordo do termo “ditadura” para o período dos presidentes militares’ (EXAME, 2019).

Ocorre também que estas mesmas melodias vêm sendo assoviadas pelos alunos da educação básica durante as aulas de história, ora timidamente em forma de dúvida, ora de modo abertamente declarado. Nesse sentido, ante a este bombardeio sonoro em discrepância com a maneira pela qual é mais comum ouvir a história, sobreveio um questionamento: de que forma escutar esses acordes, solos e arranjos dissonantes quando tocados em sala de aula? Em outras palavras (e abandonando a metáfora musical), a chegada desse repertório de informação sobre o passado às salas de aulas que, de uma forma ou de outra, passa a integrar o conhecimento prévio sobre História de algumas parcelas estudantis da educação básica tem se configurado como uma situação problemática que desafia professores e professoras de História no

exercício de seu ofício – o chamado revisionismo ideológico (NAPOLITANO, JUNQUEIRA, 2019).

Tal situação problemática fora eleita pelo autor deste artigo como ponto de partida para a pesquisa que realizou no âmbito do Mestrado Profissional em Ensino de História, cujos resultados parciais serão apresentados neste documento. Para tanto, além desta introdução, o presente texto está dividido em quatro seções. Na primeira seção, faz-se uma discussão para o adequado enquadramento teórico da situação problemática colocada em evidência nesta introdução. Em seguida, expõe-se o método operacionalizado para a realização desta investigação, caracterizando a sua natureza e descrevendo as técnicas utilizadas para a coleta e análise dos dados. Na próxima seção, os resultados obtidos com a análise dos dados são apresentados. Por fim, o texto fecha com algumas considerações obtidas durante o processo de investigação.

O REVISIONISMO IDEOLÓGICO: APONTAMENTOS TEÓRICOS

O primeiro uso do vocábulo revisionismo como um conceito deu-se em meio a uma série de debates políticos e teóricos no âmbito do materialismo histórico-dialético ocorridos na Alemanha, na última década do século XIX (MELO, 2013). A figura de destaque neste contexto foi Eduard Bernstein, membro do Partido Social-Democrata Alemão, para quem havia uma “urgente necessidade de revisão teórica de princípios até então fundamentais ao marxismo. Para ele, as condições sociais não teriam se desenvolvido com a rapidez prevista por Marx e Engels no Manifesto Comunista” (GALASTRI, 2011, p. 19).

Após sua consolidação no seio dos debates marxistas, o termo revisionismo penetrou o vocabulário dos historiadores após a Segunda Guerra Mundial (TRAVERSO, 2005). No campo da historiografia, tal palavra foi empregada, inicialmente, para se referir “a uma operação de revisão, de reinterpretação de processos históricos cujas narrativas e explicações até então eram consensuais, seja como narrativas oficiais emanadas do Estado ou mesmo interpretações acadêmicas bem estabelecidas” (MELO, 2013, p. 19). Nessa direção, entende-se de forma ampla que toda obra historiográfica é, a rigor, revisionista quando tem por objetivo “reavaliar versões históricas consolidadas à luz de novos conhecimentos surgidos durante a pesquisa” (PISANTY, 1998, p. 5).

Contudo, registraram-se outros usos do vocábulo em questão no âmbito da historiografia. Desse modo, o revisionismo foi utilizado como justificativa para tentar legitimar uma abordagem interpretativa que se pretende acadêmica e válida levada a cabo pela seita internacional que nega a existência do Holocausto (MELO, 2013); foi empregado por filósofos e historiadores como forma de nomear um fenômeno político e cultural no interior da historiografia (HOBSBAWM, 1996; LOSURDO, 2017); e ainda instrumentalizado como mecanismo de defesa por historiadores que tiveram suas obras arduamente criticadas pela comunidade acadêmica (NOLTE, 1998). Portanto, o termo revisionismo assumiu “significados diferentes e contraditórios, prestando-se a usos múltiplos e suscitando muitas vezes mal-entendidos” (TRAVERSO, 2005, p. 149).

Especificamente em relação ao Brasil, o vocábulo em evidência emergiu com força no debate historiográfico a partir de meados dos anos 2010. Para fins didáticos, pode-se agrupar os usos da palavra revisionismo na literatura acadêmica recente em três eixos. Em primeiro lugar, há estudos em que este termo aparece ao lado da palavra negacionismo como conceitos dados e equivalentes (COUTO NETO, 2019), como conceitos sinônimos e caracterizados sem qualquer discussão teórica (GOMES, 2017), como conceitos distintos, porém sem uma discussão teórica mais aprofundada das diferenças entre ambos (AVILLA, GIL, 2017). Por sua vez, há também um conjunto de estudos que apresentam uma definição ou uma diferenciação conceitual sobre os termos em questão com certa profundidade, todavia, tais estudos alocam um ponto de referência histórico bastante específico: a história dos judeus na Alemanha Nazista (MORAES, 2015; SANTANA; MAYNARD, 2017). Por fim, existem os estudos dedicados a promover o refinamento conceitual dos termos negacionismo e revisionismo. Pereira (2015) diferencia três conceitos – negação, revisionismo e negacionismo – e Rocha (2019) argumenta a respeito da possibilidade do emprego desses conceitos em estudos sobre realidades históricas mais distantes no tempo, em especial o passado colonial brasileiro, colocando como imperativo a necessidade de discutir teoricamente tais termos.

Diante desta revisão não exaustiva da literatura, este artigo coloca-se como integrante do terceiro eixo de estudos e adota a tipologia proposta por Napolitano e Junqueira (2019). Dentro do quadro teórico traçado por estes autores, distinguem-se três conceitos: o negacionismo e duas modalidades de

revisionismo – o historiográfico e o ideológico. Neste sentido, o negacionismo trata-se de um conceito que descreve um fenômeno de negação de conhecimentos cientificamente legitimados e que avança em diversas áreas do conhecimento, tal qual o questionamento da eficácia das vacinas nas Ciências Biológicas, a negação do aquecimento climático e as dúvidas quanto ao real formato da Terra. Portanto, para fins de pesquisa, restringiu-se a utilização do termo negacionismo, neste artigo, para conceituar

uma variante, digamos, “intelectual” de movimentos de extrema-direita do pós-guerra, cujo projeto incorpora principalmente: (1) a defesa e a reabilitação do nacional-socialismo, do III Reich em geral e de Hitler em particular; (2) a tentativa de provar a ausência de culpa da Alemanha pela Segunda Guerra Mundial; (3) a banalização, a justificação ou mesmo a negação da existência dos campos de extermínio e do Holocausto nazista. (MORAES, 2015, p. 722-723)

Por sua vez, a conceituação do termo revisionismo envolve maior complexidade (NAPOLITANO, JUNQUEIRA, 2019). Para estes autores, é possível identificar dois tipos de revisionismo: o ideológico e o historiográfico. Este último configura-se como uma atividade de revisão – calcada na utilização do método histórico e balizada pela ética da pesquisa científica – do conhecimento historiográfico existente acerca de uma determinada temática histórica. Por fim, há o revisionismo ideológico, expressão cunhada para caracterizar o atual fenômeno:

marcado pela ausência de método e da ética próprios da pesquisa historiográfica. Lançando mão de uma espécie de “parametodologia”, o revisionista de natureza ideológica se baseia em algumas operações facilmente identificadas: a) apropriação distorcida de teses historiográficas reconhecidas; b) destaque sensacionalista para casos particulares e excepcionais do passado (personagens, valores, instituições), cujas distorções transformam-se rapidamente em exemplos de como teses consagradas por historiadores acadêmicos são “falsas”; c) utilização de fragmentos de fontes, sem a devida contextualização ou crítica; d) exposição linear de fatos por relação direta de causa e efeito, abordagem há muito criticada e superada pela historiografia; e) defesa de posições sobre o passado que já partem de um olhar ideológico, moral ou valorativo — mas devidamente ocultado —, adequando a argumentação para comprová-la (portanto, procedimento inverso do

trabalho historiográfico, no qual o ideológico e o valorativo estão explicitados e devem estar limitados às perguntas colocadas e não às respostas obtidas). (NAPOLITANO; JUNQUEIRA, 2019, não paginado)

Nesta direção, é pertinente a citação de algumas reflexões feitas pela historiadora Sônia Meneses (2019). Em um diálogo com as obras de Michel de Certeau (1998, 2000) sobre produção e consumo e a respeito da operação historiográfica, a autora desenvolveu uma chave de interpretação denominada de apropriação conservadora sobre o passado. Nesta chave, a historiografia é concebida como um espaço legitimado para a produção do conhecimento histórico, cuja legitimação é resultado de um complexo jogo de adequações, pressões e sistematizações a partir do qual emerge a figura do historiador perito: intérprete autorizado a falar em nome do campo acadêmico historiográfico.

Em tal ponto, algumas palavras sobre a história da disciplina histórica no Brasil são necessárias. Turin (2020), a periodiza em três momentos. Para o autor, a partir do reinado de D. Pedro I (1822-1931), – a primeira fase – ocorreu a institucionalização da história enquanto uma disciplina para atuar, em meio a outras estratégias, como um dispositivo de sincronização social com a finalidade de suprimir as identidades fragmentadas, aspecto necessário para o reconhecimento da soberania do Estado recém-independente. Neste período, ocorreu a periodização histórica tradicional e foram escolhidos os atores históricos e símbolos nacionais, em um procedimento de hierarquização e exclusão de uma série de processos e sujeitos históricos, com um grande déficit de representatividade para mulheres, negros e indígenas, assinala Turin (2020).

Na segunda fase – que vai da criação das universidades até a recente democratização dos cursos de pós-graduação – ocorre um importante processo de renovação, o qual se torna visível a partir década de 1980 (TURIN, 2020). Neste período, critérios mais rígidos para a profissionalização dos historiadores e dos professores, novas relações entre cientificidade e representação historiográfica e entre pesquisa, ensino de história e identidade nacional, paulatinamente, foram configurando essa renovação. Neste sentido:

Com diferentes vieses metodológicos e políticos, impulsionada pelo processo de redemocratização e de políticas de inclusão nas universidades, essa produção historiográfica tanto revisa certos temas consagrados como também ataca os silenciamentos herdados. Os debates acerca da relação entre a formação do

Estado-nação e o sistema colonial, o papel estrutural da escravidão, a inserção de uma história da África, o investimento em uma história indígena, a emergência das questões de gênero, as análises das dimensões conceituais da experiência política e o resgate de trajetórias de personagens “menores” e excluídos são apenas alguns dos temas que possibilitaram e vêm possibilitando uma visão mais complexa da emancipação e da formação nacional. (TURIN, 2020, p. 10)

Todavia, conforme Meneses (2019), observa-se atualmente – o que corresponderia ao terceiro momento da periodização proposta por Turin (2020) – que este espaço e sua produção têm sido questionados por sujeitos e instituições que, interessados em atingir amplas audiências, vem abordando temáticas de caráter histórico. Esta abordagem é o que a autora chama de apropriação conservadora sobre passado, um processo de consumo e de produção de história que, diferentemente das teorizações de Certeau (1998), não:

subverte uma dada ordem, mas (...) se serve de cânones tradicionais, de maneira simplificada, para criar outras formas de controle e perpetuação de poderes. Consumo reacionário que, no caso da história, pode também ser qualificado de abuso (...) na medida em que é uma história feita e pensada para conformar o sujeito, que não tem a preocupação em demovê-lo de seu estado letárgico de compreensão de mundo. (MENESES, 2019, p. 70)

Entre outros estratégias, esta apropriação conservadora sobre o passado lança-se na arena pública utilizando-se dos protocolos jornalísticos da notícia-denúncia em que algo supostamente inédito, secreto ou bombástico é revelado (MENESES, 2019). Tal protocolo aparece mobilizado de modos distintos em diferentes representantes do revisionismo ideológico. Há desde o estilo provocativo, irônico e sarcástico com o qual Leandro Narloch acusa os historiadores de produzirem uma historiografia tendenciosa que, encoberta sob o signo daquilo que o autor entende ser o politicamente correto, oculta verdades históricas incômodas à esquerda (PASTORE, 2016) até a linguagem em um tom mais sóbrio utilizada pela empresa Brasil Paralelo em diversas de suas produções a exemplo da séries documentais Pátria Educadora (2020) na qual Paulo Freire é denunciado como o fundador de um sistema educacional subvertido e aparelhado pelo esquerdismo (PAULO, 2020) e Brasil – a última cruzada (2017) em que a mídia e a escola são taxadas de ideologicamente per-

versas por esconderem a verdade da população em decorrência de um plano secreto de dominação mundial de esquerda (CARVALHO, ROVIDA, 2018), além de suporte para o sistema de vigilância agenciado pelo Movimento Escola Sem Partido, no qual o currículo e o comportamento de determinados professores, em especial os de Humanidades, são interpretados como formas de doutrinação ideológica (ALGEBAILLE, 2017).

Contudo, apesar dos distintos modos, as supostas denúncias apontam para a mesma direção: há uma ocultação da verdade histórica nas escolas e universidades públicas em favor de uma suposta doutrinação ideológica promovida pelos professores, historiadores e demais profissionais atrelados às Ciências Humanas. Neste contexto de denúncia, a expressão marxismo cultural (doravante MC), por exemplo, tornou-se relativamente popular no debate público brasileiro contemporâneo, utilizada inclusive por Ricardo Vélez Rodríguez, a primeira escolha do Presidente da República Jair Bolsonaro para a chefia da pasta do Ministério da Educação. Tal expressão não é de circulação exclusiva no Brasil, envolvendo e impulsionando programas de partidos políticos e de movimentos sociais consideravelmente distintos entre si ao redor do planeta, conforme assinalam Robles e Berrocal (2019).

Para a literatura científica, no entanto, esta recente mobilização da expressão caracteriza uma teoria da conspiração desprovida de prestígio acadêmico (COSTA, 2020). Desse modo, para Toitio (2020), o MC consiste em um mar de equívocos com algumas gotas de verdade. Tais gotas, então, são: a grande popularidade dos autores expoentes do materialismo histórico-dialético fora das universidades; um certo predomínio das esquerdas dentro das universidades e o interesse de Gramsci, Lukács e da Escola de Frankfurt pelas questões culturais. Nesta direção, estas gotas de verdade constituem uma evidência irrefutável, para os adeptos da teoria, de que o MC:

estaria presente, mesmo que dissimuladamente, no feminismo, no movimento LGBT+, na luta antirracista, no movimento indígena, no ambiental, na agroecologia. Essa teoria faria funcionar também os sindicatos, os movimentos sem-terra, sem-teto etc. e teria tomado conta das escolas, universidades, alguns setores religiosos, ONGs. E a partir das instituições, estaria impregnando a visão e comportamento dos indivíduos e agiria até mesmo sobre a “sexualidade das crianças”. Essa hegemonia seria garantida com a ajuda dos governos “socialistas” que financiariam esses movimentos e os colocariam dentro da máquina pública para colocar em marcha uma revolução social que destruiria o capitalismo, a família

cristã e o próprio Brasil. E, de alguma forma, o sucesso da parada do orgulho LGBT+ ou o estudo de conteúdos sobre gênero e diversidade sexual no ensino médio era uma das provas mais cabais dessa conspiração. (TOITIO, 2020, p. 84)

Diante do exposto, e em meio a uma miríade de questões, este artigo concentra-se em uma em específico: como tem sido o impacto exercido sobre o exercício da docência pela chegada do revisionismo ideológico às salas de aula da educação básica?

CAMINHOS DA PESQUISA

No intuito de compreender a questão de pesquisa, optou-se por empreender um estudo de caráter exploratório. A finalidade desta modalidade de investigação, que reside em “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses” (GIL, 2008, p. 28), coaduna-se com o objetivo geral deste artigo, qual seja, o compreender as manifestações de revisionismo ideológico à direita (NAPOLITANO, JUNQUEIRA, 2019) – um fenômeno que adquiriu recente envergadura no país – que ocorreram com professoras e professoras, mestres ou mestrandos em ensino de História, que atuam na educação básica.

Em relação aos procedimentos técnicos, optou-se por realizar um levantamento (BARBARETTA, 2002). Esta técnica permitiu identificar, de forma empírica, alguns aspectos do revisionismo ideológico vivenciados pelos professores de História da Educação Básica. Por seu turno, escolheu-se o questionário como instrumento de coleta dados devido às vantagens que apresenta: atinge um maior número de pessoas; é de baixo custo; garante de anonimato; e pode ser resolvido no momento mais adequado para o respondente etc. (GIL, 2002).

Contudo, apesar de aparentemente simples, a confecção de um questionário requer determinada cautela. Neste sentido, quando se objetiva mensurar conceitos e variáveis não passíveis de observação imediata, faz-se necessário defini-las teoricamente (GIL, 2002). Neste sentido, a revisão de literatura sobre revisionismo ideológico foi de fundamental importância para orientar a elaboração das perguntas as quais buscaram identificar a porcentagem de docentes que vivenciaram manifestações de revisionismo ideológico no espaço escolar, quais sujeitos lançaram mão de tal revisionismo neste espaço, em

quais anos de escolaridade este fenômeno mais ocorreu, quais fontes de revisionismo ideológico foram mobilizadas e quais tópicos curriculares foram mais questionados. Na sequência, com as devidas precauções tomadas, utilizou-se o editor on-line *Google forms* para a elaboração do questionário.

Todavia, o conjunto-universo formado professores de História da Educação Básica seria demasiado vasto para ser abordado dentro dos limites e possibilidades desta pesquisa. Desse modo, um conjunto-universo mais restrito foi considerado: aquele formado por todos os egressos e alunos do Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA) que estavam atuando como professores quando os dados para essa pesquisa foram coletados. A opção por este conjunto-universo deu-se pelo fato de ele possibilitar uma coleta de dados robusta e dinâmica. O PROFHISTÓRIA é um programa de pós-graduação *stricto sensu* em rede nacional, constituído por diversas instituições de Ensino Superior espalhadas pelo país e destinado a professores de História que estão atuando na Educação Básica. Neste sentido, estas características garantiram que a coleta de dados fosse uniforme, segura e com a possibilidade de ser respondida por todos os elementos que integram o conjunto-universo em questão.

De posse da versão preliminar do questionário, deu-se a sua testagem. Gil (2002) destaca que após a confecção de um questionário, ele precisa ser submetido a uma validação como uma forma de evidenciar e corrigir as suas possíveis falhas e fragilidades. Neste sentido, o questionário elaborado para esta pesquisa foi testado com os treze alunos integrantes da Turma 2019 do Mestrado Profissional em Ensino de História do Instituto de Filosofias e Ciências Humanas, da Universidade Estadual de Campinas. Após a testagem, o questionário foi submetido às reformulações e reajustes a partir das considerações apontadas pelos respondentes, assumindo a sua versão final.

Finalizado, o questionário apresentou um total de 31 perguntas. Estas agruparam-se em duas categorias: uma direcionada especificamente para a compreensão do revisionismo ideológico e outra para a identificação do perfil dos docentes participantes. No quadro a seguir, são apresentadas estas questões. A fim de se evitar que tal quadro ocupasse espaço em demasia no corpo do texto, optou-se por suprimir as alternativas para as questões, uma vez que elas – as alternativas – aparecem nos gráficos que serão apresentados nos gráficos da próxima seção deste artigo. Para fins de identificação, as questões abertas foram sublinhadas no quadro.

Quadro 1 – Perguntas que compuseram o questionário

QUESTÕES SOBRE O REVISIONISMO	QUESTÕES SOBRE O PERFIL DOS PARTICIPANTES
<ol style="list-style-type: none"> 1. Você conhece o termo revisionismo? 2. Você conhece o termo negacionismo? 3. Nos últimos anos, você vivenciou ou presenciou alguma manifestação de REVISIONISMO em sala de aula ou em outro ambiente escolar? 4. Se sim, por quem? (Marque mais de uma alternativa, se necessário). 5. Em sala de aula ou em outro espaço escolar, você já vivenciou ou presenciou manifestações de NEGACIONISMO nos últimos anos? 6. Se sim, por quem? (Marque mais de uma alternativa, se necessário). 7. As manifestações de revisionismo e de negacionismo ocorrem com mais frequência em qual ano de escolaridade? (No máximo, três alternativas). 8. Nos últimos anos, você teve o conteúdo que ministra em sala de aula questionado? 9. Se sim, por quem? (Marque mais de uma alternativa, se necessário). 10. Quais conteúdos curriculares que você ministra foram questionados? (Questão aberta) 11. Recentemente, você já teve sua autoridade de professor questionada exatamente por ser professor de história? 12. Se sim, por quem? (Marque mais de uma alternativa, se necessário). 13. Quais das pessoas, expressões ou instituições você lembra de ter ouvido como argumento para questionar os conteúdos curriculares que ministra em sala ou sua autoridade como professor? (Marque mais de uma alternativa, se necessário ou indique outros que não aparecem na lista). 14. Recentemente, você foi chamado de comunista, esquerdista ou petista? 15. Se sim, por quem? (Marque mais de uma alternativa, se necessário). 	<ol style="list-style-type: none"> 16. Qual é a sua faixa etária? 17. Indique seu gênero. 18. Qual a sua cor? 19. Qual é a sua nacionalidade? 20. Qual é a sua graduação? 21. Em qual instituição de ensino você se graduou? 22. Há quanto tempo você é professor de história? 23. Em que setor de ensino você trabalha? 24. Se for do setor público, em que esfera você atua? (Marque mais de uma alternativa, se necessário). 25. Em que etapa da educação você atua? (Marque mais de uma alternativa, se necessário). 26. Em qual instituição de ensino você cursou/ cursa o Mestrado Profissional em Ensino de História? 27. Você reside em qual unidade da federação? 28. Em qual cidade você reside atualmente? 29. Qual é o seu nome? (De forma alguma, seu nome ou outra forma de identificação serão mencionados ou citados na pesquisa). 30. Você gostaria de comentar algo, em relação as manifestações de revisionismo e negacionismo no ambiente escolar, que não foi abordado neste questionário? 31. Este questionário é parte de um estudo mais amplo sobre revisionismos, negacionismos e ensino de história. Caso você já tenha presenciado ou vivenciado estas situações e tenha interesse em continuar participando da pesquisa, informe um meio para que possamos entrar em contato (e-mail, whats, app, rede social).

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

De posse do questionário, teve início a coleta de dados. Esta ocorreu com grande apoio da rede constituída pelo PROFHISTÓRIA. Inicialmente, foi realizado um contato inicial com a Coordenadoria Geral desse programa de pós-graduação, sediada na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Com este contato, explicou os pormenores da pesquisa em desenvolvimento e foi feita uma solicitação à Coordenadoria Geral a respeito da possibilidade de auxílio na coleta de dados. Com uma resposta afirmativa, o link para o questionário fora encaminhado via correio eletrônico pela Coordenadoria Geral às Coordenadorias Locais, as quais, por seu turno, repassaram aos seus egressos e alunos do PROFHISTÓRIA. Tal questionário ficou aberto pelo período de um mês ao fim do qual fora fechado, contabilizando a participação de 85 respondentes.

Esse número de participantes revelou inferior ao esperado pelo cálculo amostral, inviabilizando a realização de uma análise estatística inferencial (BARBARETTA, 2002). Neste sentido, o processo de composição da amostra para esta investigação configurou-se como um amálgama entre a amostragem voluntária e a amostragem intencional (BRACARENSE, 2018). Desse modo, os 85 elementos que compõem a amostra deste estudo voluntariaram-se para participar e, deste total, foram selecionados 66 participantes, os quais informaram ter presenciado alguma manifestação de revisionismo ideológico no espaço escolar.

Por fim, para a análise dos dados escolheu-se a técnica da Análise Exploratória dos Dados (AED), também conhecida pelo nome de Estatística Descritiva e realizada através do software Excel da Microsoft Office 365. Desse modo, a AED trata-se de um conjunto de técnicas constituídas por análises tabulares, medidas estatísticas e tratamento gráfico de modo a resumir, descrever e compreender o comportamento dos dados coletados (BRACARENSE, 2018). Nas análises desta pesquisa, priorizou-se as chamadas medidas de posição, ou seja, a identificação do ponto em torno do qual dos dados se concentram em relação as variáveis acerca do revisionismo que buscou-se observar. Considerando-se que esta investigação mobilizou apenas variáveis qualitativas, a medida de posição mais adequada a ser utilizada foi a moda, que visa identificar o valor ou atributo que se manifesta com mais frequência em meio aos dados (BRACARENSE, 2018).

Para uma pergunta em particular do questionário utilizou-se a Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011). Tal questão inquiriu os professores a respeito

dos tópicos curriculares de História que lecionam e que foram questionados dentro da lógica do revisionismo ideológico. Todavia, uma questão com alternativas pré-fixadas ou restringiria as possibilidades de respostas, em caso de economia de alternativas, ou geraria dificuldades no processo de marcação das respostas, em caso de alternativas em exaustividade. Desse modo, optou-se por uma questão aberta com a possibilidade de os participantes informarem quais dos tópicos curriculares que lecionam foram questionados.

Nesta direção, os dados obtidos com esta questão foram submetidos a um processo de codificação e de categorização a partir do esquema metodológico traçado por Bardin (2011). Para a autora, a codificação trata-se de um processo de transformação por recorte, agregação e enumeração de dados brutos do texto em sua representação do conteúdo. No caso desta investigação, os dados foram recortados adotando o tema como unidade de registro, ou seja, cada parte da resposta que fez referência a um tópico curricular de História foi recortado. Em seguida, a enumeração desses recortes priorizou a frequência com que foram mencionados uma vez que, desse modo, pode-se inferir a respeito de quais conteúdos têm sido mais polemizados pelo revisionismo ideológico no espalho escolar. Por fim, estes recortes foram categorizados, ou seja, reagrupados segundo características comuns (2011). Nesta investigação, optou-se pela categorização semântica e os recortes foram reunidos em três eixos – um cultural, outro político e um terceiro social-econômico. Os resultados dessas análises estão apresentados na seção seguinte.

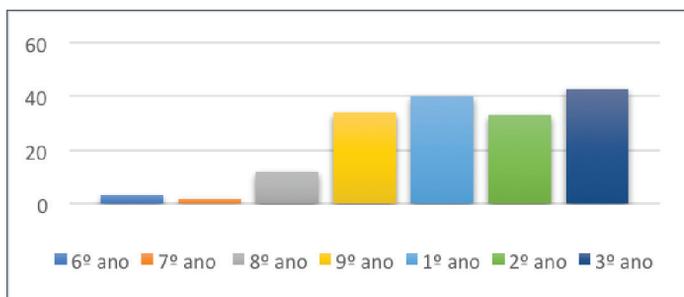
O REVISIONISMO IDEOLÓGICO SOB A PERSPECTIVA DOS PROFESSORES

Conforme mencionado na seção anterior, dos 85 professores que responderam ao questionário, 66 presenciaram alguma manifestação de revisionismo ideológico no espaço escolar. Por sua vez, nesta seção serão apresentados os resultados obtidos com a realização da AED acerca dos dados coletados junto a esta amostra. Dados os limites de espaço disponíveis para um artigo, esta seção concentra-se na apresentação de parte dos resultados obtidos com a primeira categoria de perguntas do questionário, a relembrar, aquela direcionada à compreensão do revisionismo ideológico. Por fim, a seleção desta parte dos resultados guiou-se pela intenção – pretenciosa, convém ressaltar –

de esboçar uma espécie de retrato falado da ocorrência do revisionismo ideológico nas escolas do país.

Neste sentido, procurou-se identificar a frequência em que tais manifestações ocorriam em função do ano de escolaridade. Partindo do princípio de que um professor do Ensino Fundamental e do Ensino Médio pode atuar em distintas séries de escolaridade em um mesmo ano letivo, esta questão do levantamento foi feita como caixa de seleção com a possibilidade de várias respostas serem assinaladas por um mesmo participante. Portanto, optou-se por apresentar os resultados obtidos com tal questão também em um gráfico de barras.

Gráfico 1 – Frequência da ocorrência de manifestações de revisionismo ideológico por ano de escolaridade



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

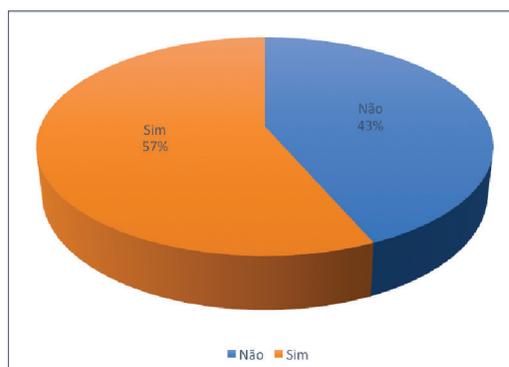
Pela observação deste gráfico, algumas considerações podem ser tecidas. Em primeiro lugar, separando tais dados por etapa de escolaridade, identifica-se que as manifestações de revisionismo ideológico no Ensino Fundamental – Anos Finais concentraram-se, majoritariamente, no último ano desta etapa e com poucas ocorrências nos anos anteriores (6º, 7º e 8º) ao passo que no Ensino Médio estas manifestações ocorreram com uma frequência algo mais uniforme durante toda esta etapa com o 3º, o 1º e o 2º ano ficando, respectivamente, em primeiro, segundo e terceiro. Em segundo lugar, desconsiderando tais divisões, os dados parecem indicar que o revisionismo ideológico se torna um aspecto problemático a partir do 9º ano do Ensino Fundamental, estendendo-se até o 3º ano do Ensino Médio.

Conforme a literatura, o revisionismo ideológico, ao competir com o conhecimento historiográfico e escolar, fomenta não apenas a deslegitimação

destes, mas também do profissional de história – quer seja o professor, quer seja o pesquisador. Desse modo, com o intuito de tentar mensurar, ainda que de forma exploratória, tal aspecto do revisionismo ideológico, duas perguntas foram feitas aos participantes: uma voltada para o questionamento dos conteúdos curriculares ensinados pelos docentes e outra direcionada para a suspeição do que era ensinado por tais docentes justamente por serem profissionais de história.

Nesta direção, o Gráfico 2 sintetiza as respostas dadas pelos participantes em relação ao fato de terem tido ou não sua prática profissional questionada exatamente por serem professores de História:

Gráfico 2 – Porcentagem da amostra que teve sua autoridade docente questionada

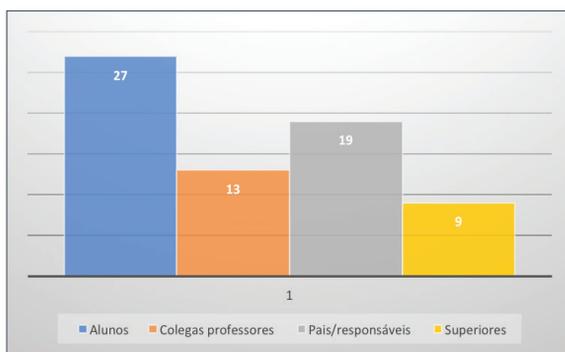


Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Através da observação, é possível fazer alguns apontamentos. Em primeiro lugar, mais da metade dos participantes (57%) assinalaram terem sido interpelados no espaço escolar exatamente por exercerem a docência em História. Em segundo lugar, não obstante esta amostra ter sido formada por conveniência, o que impede a realização de inferências estatísticas, e do fato de haver uma maior probabilidade de que elementos de uma população afetados negativamente voluntariem-se para participar de uma pesquisa (BRACARENSE, 2018), é digno de nota que, em uma amostra razoavelmente heterogênea, a maioria de seus integrantes ter relatado experiências com o revisionismo ideológico em decorrência de sua própria atuação profissional.

A fim de buscar uma compreensão mais aprofundada desta dupla investida do revisionismo – contra o conhecimento historiográfico e contra o profissional de História e dada a enorme profusão de narrativas revisionistas na atualidade, intentou-se mapear quem tem manifestado o revisionismo ideológico no espaço escolar. Obteve-se, como resposta a este mapeamento, os resultados sumarizados nos gráficos a seguir. Considerando-se que em tal mapeamento, as respostas não são mutuamente exclusivas, optou-se por apresentar estes resultados em gráficos de barra, os quais permitem uma identificação e comparação da frequência em que cada manifestador de revisionismo fora citado. Neste sentido, o Gráfico 3 sintetiza a frequência com que determinados sujeitos da comunidade escolar foram citados pelos 44 participantes desta pesquisa que informaram terem sua atuação profissional questionada exatamente por serem professores de História.

Gráfico 3 – Questionadores da autoridade docente

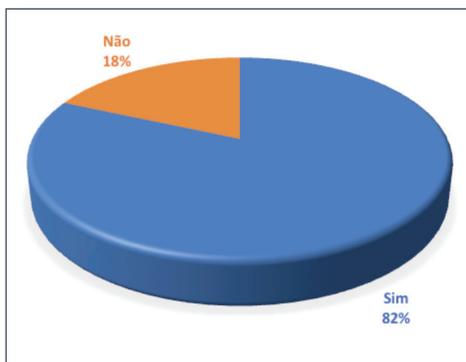


Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Pela análise do gráfico acima, percebe-se que os alunos constituíram o grupo de sujeitos que mais questionaram a atividade profissional dos participantes desta investigação exatamente por serem docentes de História. Os pais e/ou responsáveis pelos alunos formaram o segundo grupo mais citado pelos professores no quesito em análise. Ainda que em uma frequência bem menor, mas não insignificante e de certo modo preocupante, aparecem os colegas professores em terceiro lugar e os superiores em último.

Por seu turno, o Gráfico 4 sintetiza as respostas dadas pelos participantes em relação ao fato de terem tido, ou não, ao menos um tópico do conteúdo curricular de história que lecionam questionado no espaço escolar:

Gráfico 4 – Respondentes que tiveram o conteúdo questionado

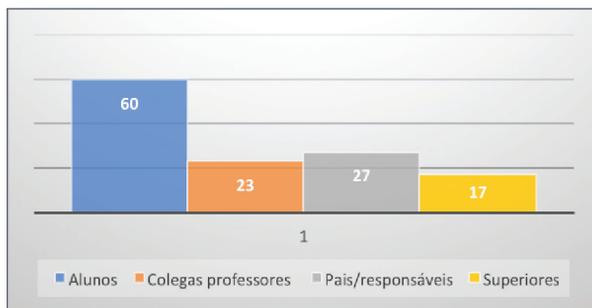


Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Em observação ao gráfico, salta aos olhos a alta porcentagem (82%) da amostra que indicou ter tido pelo menos um dos conteúdos que ministra em sala de aula questionado recentemente. Em comparação com os resultados demonstrados no Gráfico 3, o questionamento, dentro da perspectiva do revisionismo ideológico, dos tópicos curriculares de História ocorre com maior frequência do que o questionamento da autoridade dos professores de História.

Em sequência, o Gráfico 5 sumariza a frequência com que determinados sujeitos da comunidade escolar foram citados pelos 66 participantes desta pesquisa que informaram terem tido ao menos um dos tópicos curriculares que lecionam questionado.

Gráfico 5 – Questionadores dos conteúdos ensinados pelos docentes



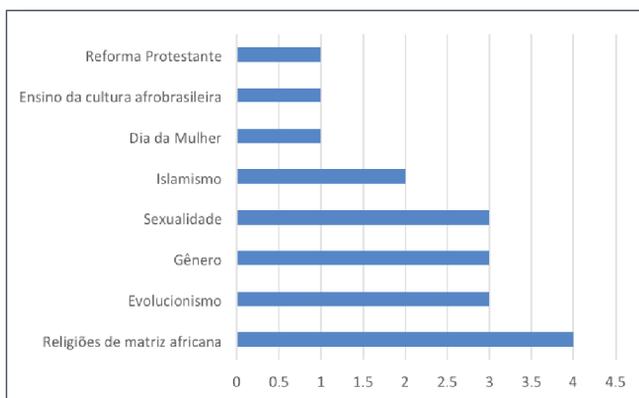
Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Observando este gráfico, chama a atenção a alta frequência com a qual os

alunos foram citados como questionadores dos tópicos de conteúdo – dos 66 professores que informaram ter ao menos um conteúdo questionado no espaço escolar, 60 mencionaram que esse questionamento partiu dos alunos, um número preocupante. Em seguida, com uma frequência razoavelmente alta, aparecem os pais e/ou responsáveis pelos alunos. Com uma frequência relativamente próxima a estes, encontram-se os colegas professores. Por fim, o grupo dos superiores aparecem como o quarto grupo que mais questionou os tópicos curriculares lecionados pelos professores.

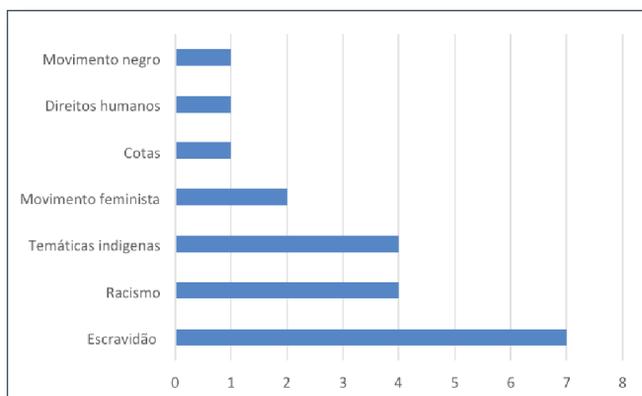
Por seu turno, além de mensurar se os professores tiveram os conteúdos curriculares que lecionam questionados no espaço escolar, inquiriu-se a respeito de quais conteúdos foram questionados. Tal questão fora formatada como resposta de texto curto, permitindo que os participantes tivessem liberdade para declarar o(s) conteúdo(s) que foi(foram) questionados no espaço escolar. Após a AC, conforme descrito na seção anterior, os dados foram reunidos em três categorias – a social-econômica, a cultural e a política – e apresentados nos gráficos a seguir:

Gráfico 6 – Conteúdos questionados na categoria cultura



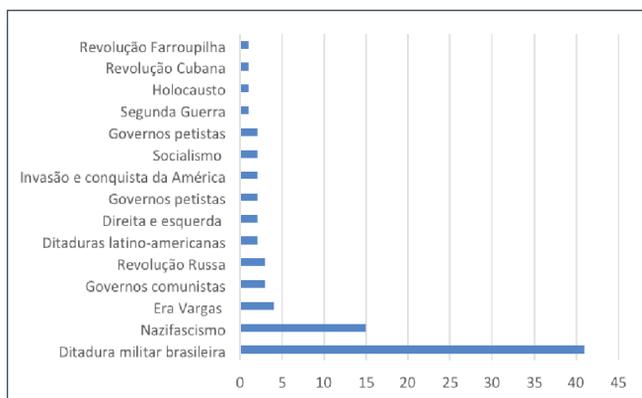
Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Gráfico 7 – Conteúdos questionados na categoria social-econômica



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Gráfico 8 – Conteúdos questionados na categoria política



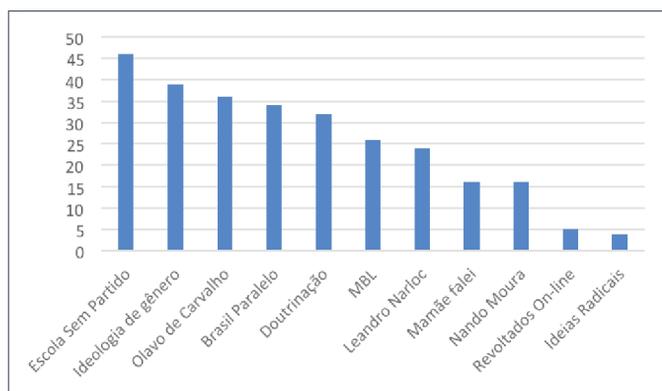
Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Pela observação dos gráficos, dois aspectos chamam a atenção. De imediato, em termos qualitativos, nota-se uma pulverização dos tópicos curriculares lecionados pelos professores que foram questionados no espaço escolar.

Um outro aspecto que se buscou mapear com o levantamento realizado residiu nas fontes de informação utilizadas para realizar os questionamentos, seja da autoridade do professor seja dos tópicos curriculares de conteúdo his-

tórico. Neste sentido, o contato com a literatura trouxe uma série de nomes, empresas, movimentos, termos e expressões as quais, após uma catalogação, foram utilizados para a montagem desta pergunta, que foi estruturada com uma caixa de seleção com a possibilidade de uma mesma pessoa marcar diversas alternativas. Desse modo, o gráfico apresenta os resultados obtidos com essa questão:

Gráfico 9 – Fontes citadas pelos manifestadores de revisionismo no espaço escolar



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Através da observação do gráfico, pode-se dividir os resultados em três grupos. Em primeiro lugar, está o grupo com uma frequência de citação pouco expressiva formado pelo Canal Ideias Radicais, com 4 menções, e o movimento Revoltados On-line, com 5 menções. Em sequência, encontra-se o grupo com razoável frequência de citações: o *digital influencer* Nando Moura e o Canal Mamãe Falei foram citados 16 vezes, seguidos por Leandro Narloch e o Movimento Brasil Livre com, respectivamente, 24 e 26 menções. Por fim, aparece o grupo formado por altos índices de citações, como as acusações de doutrinação, com 32 menções, o Brasil Paralelo, com 34, Olavo de Carvalho, com 36, Ideologia de Gênero, com 39, e Escola Sem Partido, com 46 menções.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atual cruzada contra o conhecimento historiográfico e os profissionais de História é um fenômeno de grande complexidade. Conforme visto, não há grandes consensos na literatura especializada nem mesmo ao nível da melhor nomenclatura para tal fenômeno. Este artigo, conforme anunciado na introdução, é parte de uma dissertação de mestrado profissional, modalidade de investigação que possui certas características e que conduziu a adoção da expressão revisionismo ideológico. Todavia, sabe-se que a operacionalização desse conceito bem como do negacionismo são bem mais complexos do que o que os limites deste artigo permitiriam abordar.

Em primeiro lugar, o revisionismo é mote para uma grande confusão conceitual, especialmente a partir da sua utilização pela seita internacional que nega a existência sistemática do Holocausto, buscando uma aparência de legitimidade historiográfica diante da chamada corrente exterminacionista (TRAVERSO, 2005). Desse modo, o emprego do termo revisionismo para classificar, por exemplo, a produção de conteúdo feita pela Brasil Paralelo pode, de certa maneira, contribuir para conferir certo verniz de legitimidade ao trabalho da empresa, além de confundir o público leigo e até mesmo a academia.

Em segundo lugar, as discussões teóricas sobre a caracterização dos conceitos de revisionismo e negacionismo ainda são incipientes, não permitindo uma diferenciação satisfatória entre ambos. Considere-se novamente a referência Brasil Paralelo. A partir das distinções bastante tênues entre os conceitos em questão propostas por Napolitano e Junqueira (2019), a empresa de origem gaúcha produz um revisionismo ideológico, posto que prescindem de métodos e da ética necessários à pesquisa historiográfica, ou um negacionismo histórico, uma vez que negam abertamente conhecimentos historiograficamente produzidos e consolidados? Ou ainda, ambos? Se sim para esta última pergunta, poderia lançar mão da diferenciação proposta por Pereira (2015), em que o negacionismo seria uma versão extrema do revisionismo. Todavia, tal diferenciação é problemática: quais das produções da BP são negacionistas e quais são frutos de revisionismo ideológico? Como medir tais produções a fim de se saber se são revisionistas ou negacionistas? Tais questões são válidas e merecem ser mote de um debate conceitual.

Em relação especificamente ao objeto de estudo deste artigo, a investiga-

ção concentrou-se na identificação de alguns aspectos que fornecem indícios para contribuir para a compreensão de como este fenômeno tem avançado no espaço escolar. O fato de não se ter podido realizar uma Estatística Inferencial para estimar os resultados obtidos para toda a população em decorrência do tamanho da amostra ser sido inferior ao necessário para tanto. Todavia, a AED realizada permite que algumas proposições sejam feitas.

De início, ainda que não seja possível uma estimativa segura de sua porcentagem, pode-se considerar que o revisionismo ideológico se converteu em uma situação problemática para a prática pedagógica dos professores e professoras de história da Educação Básica. Todavia, uma importante questão permanece em aberto: o revisionismo ideológico manifesta-se, de modo mais ou menos uniforme e independente de variáveis relacionadas as características dos docentes e do tipo de ambiente escolar ou, ao contrário, com a alteração destas variáveis, este fenômeno adquire determinadas particularidades a depender de cada situação? Considerando-se que o revisionismo ideológico avança sobre a autoridade dos profissionais no intuito de os desacreditar, é coerente levantar a hipótese de que docentes mulheres, negros e LGBT+s sofram o impacto, senão de modo mais intenso, ao menos com certas especificidades em relação ao demais professores, especialmente no tocante às acusações de doutrinação ideológica quando abordam temáticas raciais e de gênero, uma vez que a associação desses profissionais com o feminismo, a luta antirracista e o movimento LGBT+ é mais fácil de ser construída ou induzida, principalmente dentro da lógica do marxismo cultural que embebe o revisionismo ideológico e que considera negros, mulheres e *gays*, entre outros, como os novos responsáveis pela revolução comunista tramada pelas esquerdas.

Apesar de a pesquisa ter considerado o espaço escolar de uma forma geral para a ocorrência o revisionismo ideológico, o maior foco do levantamento dos dados recaiu sobre as relações entre os docentes e os discentes, aspecto mais vivenciado pelo autor deste artigo no exercício de sua prática profissional. Contudo, a análise dos dados apontou para um resultado alarmante: ainda que os alunos sejam os protagonistas, colegas de trabalho e superiores também foram consideravelmente citados como pessoas que manifestaram esta modalidade de revisionismo no espaço escolar, indicando que a tensão gerada por esse fenômeno parece não ter como palco apenas as salas de aula, o que traz uma série de indagações: quais seriam os momentos mais propícios para

as manifestações de revisionismo ideológico advindas dos colegas docentes de outras disciplinas? Quais seriam os perfis dos professores mais propensos a manifestar ideias relacionados ao fenômeno em questão? Haveria acusações ou insinuações de doutrinação ideológica por parte de outros professores? Esses episódios têm chegado ao conhecimento das cúpulas administrativa e pedagógica? Como tais cúpulas interpretariam esses episódios e como fariam a gestão de conflitos? E como estas situações se dão no ambiente das escolas públicas e particulares? São questões que, ao fim da análise dos resultados, emergiram e que podem ser consideradas em investigações vindouras.

Outro aspecto a ser considerado relaciona-se com a etapa de escolaridade e o grau de ocorrência do revisionismo ideológico. Conforme o Gráfico 1, identificou-se que o 9º Ano do Ensino Fundamental constituiu, entre nossos respondentes, um momento-chave a partir do qual as manifestações de revisionismo ideológico passaram a ocorrer com uma frequência incrivelmente alta em relação aos anos anteriores do Ensino Fundamental II. A explicação mais instantânea para este aspecto reside na confluência de dois elementos: o interesse majoritário que os revisionistas apresentam pelas temáticas relacionadas ao Regime Militar Brasileiro (1964-1985) e a obrigatoriedade de seu estudo no 9º Ano do Ensino Fundamental II, ou seja, o um momento de choque quase inevitável entre o conhecimento histórico acadêmico e escolar do professor e o conhecimento prévio de alunos que consumiram conteúdos revisionistas. Contudo, apesar de recuar um pouco, os níveis de questionamento permanecem elevados nas duas primeiras etapas do Ensino Médio, voltando a ter um novo pico no 3º Ano. Neste sentido, os dados indicam que o último ano do Ensino Fundamental formam com os três anos do Ensino Médio um bloco onde as manifestações de revisionismo parecem se tornar mais sólidas. Quais seriam as razões para tal? Com os dados obtidos, torna-se difícil a construção de uma resposta empírica. Neste sentido, novas pesquisas sobre o revisionismo no espaço escolar devem focalizar seus esforços no sentido de analisar o que ocorre com os estudantes que estão nesta faixa de escolaridade a fim de se compreender os caminhos que percorrem desde a tomada do conhecimento de narrativas provenientes do revisionismo ideológico até a sua decisão de confrontar o professor em sala de aula. Todavia, é possível aventar uma hipótese, a ser verificada em pesquisas futuras: acredita-se que, a partir do 9º Ano, os alunos assumem uma postura mais independente e passam a fazer

um uso mais “autônomo” dos aparelhos celulares, aspecto que, com o auxílio dos algoritmos, pode conduzir muitos deles e de modo mais efetivo a conteúdos de cunho revisionistas.

Por fim, um último aspecto a considerar é o de que o revisionismo ideológico avança contra certas temáticas, ainda de que forma pulverizada. Tal pulverização talvez seja um indício do potencial de capilaridade entre os estudantes que esse fenômeno pode ter e do risco que representa para o ensino de História posto que as temáticas questionadas contribuem para descredibilizar justamente o aprendizado de objetos de estudo de História necessários a construção de um mundo mais igualitário e justo.

REFERÊNCIAS

- ALGEBAILLE, E. Escola sem Partido: o que é, como age, para que serve. In: FRIGOTTO, G. *Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: UERJ-LPP, 2017.
- AVILA, Felipe Alves Pereira; GILL, Lorena Almeida. O negacionismo como prática de falsificação da história. In: *ENPOS*, 19, 2017, Pelotas. Anais eletrônicos... Pelotas: UFPel, 2017. Disponível em: https://cti.ufpel.edu.br/siepe/arquivos/2017/CH_01817.pdf. Acesso em: 18 set. 2021.
- BARBETTA, P. *Estatística aplicada às ciências sociais*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2002.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BRACARENSE, P. *Estatística aplicada às ciências sociais*. Curitiba: IESDE Brasil, 2018.
- CARVALHO, Roldão Pires; MARTINI, Mara Rovida. Escravidão e racismo: Análise sobre uma das abordagens dos grupos conservadores-liberais. *REGIT*, v. 10, n. 2, p. 39-57, dez. 2018.
- CERTEAU, Michel. *A invenção do Cotidiano 1 - Artes de Fazer*. Rio de Janeiro, Ed. Vozes. 1998.
- CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- COSTA, I. *Dialética do marxismo cultural*. São Paulo: Expressão Popular, 2020.
- DO COUTO NETO, G. H. A “nova direita” no YouTube: conservadorismo e negacionismo histórico sobre a Ditadura Militar brasileira. *Revista Ágora*, n. 29, p. 83–103, 2019.

- GALASTRI, L. *Gramsci, marxismo e revisionismo*. Campinas: Autores Associados, 2011 (Coleção educação contemporânea).
- GIL, A. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GIL, A. *Métodos e técnicas da pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 2008.
- GOMES, Aguinaldo Rodrigues. Machocracia, negacionismo histórico e violência no Brasil contemporâneo. *Revista Nanduty*, [S.l.], v. 7, n. 10, p. 146 a 158, ago. 2019.
- HOBBSAWM, E. *Ecoss da Marselhesa: dois séculos reveem a Revolução Francesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- LIMITES a Chávez. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, terça-feira, 17 de fevereiro de 2009. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1702200901.htm>. Acesso em: 18 set. 2021.
- LOSURDO, D. *Guerra e revolução: o mundo um século após outubro de 1917*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MELO, D. Revisão e revisionismo historiográfico: os embates sobre o passado e as disputas políticas contemporâneas. *Marx e o Marxismo*, v.1, n.1, p. 49-71, jul/dez, 2013.
- MENESES, S. Uma história ensinada para Homer Simpson: negacionismos e os usos abusivos do passado em tempos de pós-verdade. *História Hoje: Revista de História e Ensino*, v. 8, n. 15, p. 66-88, 2019.
- MORAES, Luís Edmundo de Souza. Revisionismo Negacionista. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (org). MEDEIROS, Sabrina (org). VIANNA, Alexandre Martins (org). *Enciclopédia de guerras e revoluções - vol. III: 1945- 2014: a época da Guerra Fria (1945- 1991) e da nova ordem mundial*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.
- NAPOLITANO, Marcos; JUNQUEIRA, Mary Anne. *Negacionismos e Revisionismos: o conhecimento histórico sob ameaça*. Síntese dos debates e posicionamentos surgidos no evento promovido pelo Departamento de História da FFLCH/USP – Universidade de São Paulo. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5207773/mod_folder/content/0/NAPOLITANO%2C%20Marcos%3B%20JUNQUEIRA%2C%20Mary%20Anne.%20Como%20historiadores%20e%20professores%20devem%20lidar%20com%20negacionismos%20e%20revisionismos.pdf?forcedownload=1. Acesso em: 18 set. 2021
- NOLTE, E. *Gli anni della violenza*. Un secolo di guerra civile ideologica europea e mondiale. Milão: Rizzoli, 1998.
- PASTORE, B. *Olhando para onde a sombra se adensa: Instituto Millenium e o revisionismo histórico da ditadura civil-militar*. Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Gadução em História, Cuiabá, 2016. Disponível em: <https://ri.ufmt.br/handle/1/2201>. Acesso em: 18 set. 2021.

- PAULO, D. Os mitos do Brasil Paralelo: uma face da extrema-direita brasileira (2016-2020). *Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos*, v. 10, n. 1, p. 101-109, jan./abr. 2020.
- PEREIRA, M. Nova direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014). *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 31, n. 57, p. 863-902, set/dez 2015.
- PISANTY, Valentina. *L'irritante questione delle camere a gas*. Logica del negazionismo. Milano: Bompiani, 1998.
- SANTANA, Diego Leonardo; MAYNARD, Dilton. O PORTAL METAPEDIA: REVISIONISMO HISTÓRICO E NEGACIONISMO NO TEMPO PRESENTE. *Revista TransVersos*, [S.l.], n. 11, p. 23-41, dez. 2017.
- ROBLES, M.; BERROCAL, A. Conspiración y meme en la alt-right: notas sobre el mito del marxismo cultural. *Re-visiones*, v. 09, 2019.
- ROCHA, I. Entender ou defender o Santo Ofício? Negacionismo, apologética e usos da história inquisitorial em Para entender a Inquisição (2009), de Felipe Aquino. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, Ouro Preto, v. 12, n. 29, 2019.
- TRAVERSO, E. Revisão e revisionismo histórico. In: TRAVERSO, E. *Passados, modos de usar*. Lisboa, Unipope, 2005.
- TOITIO, R. Marxismo e feminismo na cena política brasileira. *REBEH: Revista Brasileira de Estudos da Homocultura*. v. 3, n. 10, abr./jun., 2020.
- TURIN, R. Os tempos da independência: entre a história disciplinar e a história como serviço. *Almanack*, Guarulhos, n. 25, p. 1-39, 2020.

NOTA

¹ Esta pesquisa foi financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior (CAPES).

